

O DESMANCHE DO PÚBLICO E DO PRIVADO NA MEDIATEZACÃO DA CRISE AÉREA BRASILEIRA (2006/2007)

WEBER, Maria Helena

Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do CNPq.
maria.weber@ufrgs.br

BALDISSERA, Rudimar

Doutor, Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
rudimar.baldissera@ufrgs.br

RESUMO

Este trabalho intitulado tem por objetivo analisar o processo de mediação imposto à crise aérea brasileira, denominação do período em que confluíram dois graves acidentes aéreos das companhias GOL e TAM; desordens técnicas e burocráticas nos aeroportos; eleições presidenciais e acontecimentos paralelos, que colocaram o Poder Executivo no centro da crise. De caráter ensaístico, esse texto pretende identificar níveis de fortalecimento e diluição das fronteiras entre o público e o privado a partir de estratégias de informações e ações relacionadas à ordem política, à mobilização social e à lógica do mercado, em meio a questões de vida e morte.

Palavras-chave: Comunicação e Política. Mediação. Imagem pública.

Toda uma geração de mitólogos trabalhou para unir o destino do homem e os acontecimentos do céu. Entre a psicologia dos heróis e a cosmologia do céu foi estabelecido um campo de metáforas extremas.
(Gaston Bachelard)

1 INTRODUÇÃO

Todas as grandes tragédias que assolam a humanidade vêm do céu, brotam da terra e das águas, na companhia do fogo. Os quatro elementos que servem à mitologia, à poesia e à sobrevivência humana, também causam terror, medo e morte. Distantes das explicações esotéricas, as tragédias contemporâneas ainda podem se sobrepor às mais acuradas observações, tecnologias e estruturas controladas pela inteligência humana. Esse controle e sua administração dependem dos governos, instituições científicas e empresas. Portanto, as tragédias servem à política e aos meios de comunicação de massa, na medida em que o discurso sobre responsabilidade, culpabilidade e as decisões sobre as consequências, ocorrerão no espaço político dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e sua visibilidade ocorrerá no espaço público ocupado pelo Estado, mídia, sociedade e indivíduos.

A Crise Aérea Brasileira, tornada visível a partir de 2006 (ainda com repercussões pontuais), foi demarcada por duas tragédias com centenas de mortos atribuídas ao descontrole da malha aérea, às dúvidas sobre a segurança oferecida pelas companhias aéreas e à inoperância dos Poderes. De qualquer ângulo, misturam-se dimensões passionais (medo, tristeza, insegurança) às dimensões estratégicas determinadas pelas implicações políticas, econômicas, sociais e individuais. Essa crise transforma-se em espetáculo político-midiático, pois traz consigo todos os elementos que permitirão à política e às empresas explicar, justificar, prometer, promover; aos meios de comunicação de massa mostrar os ângulos visuais da tragédia e ocupar seus espaços jornalísticos, informativos, publicitários e de entretenimento. As tragédias geram crises e permitem identificar mais detalhadamente as práticas midiáticas e as práticas políticas que intervêm diretamente na formatação da imagem pública.

Midiatisadas, as crises geram tensões públicas e privadas e fabricam fronteiras móveis, entre o público, o privado e os meios de comunicação de massa. Sustentam as tensões, as disputas em torno da imagem pública adequada, a circulação de

argumentos gerados por instituições e sujeitos da política, assim como das organizações e dos sujeitos da esfera privada, nos negócios e do mercado. Os contornos e a permanência da Crise Aérea Brasileira atingiram, diretamente, interesses particulares, sociais, políticos, governamentais, econômicos e mercadológicos. E são eles que permitem a poderosa e rentável configuração do espetáculo político-midiático, assim como se tornam indicadores da imagem pública de políticos e governantes. A crise aérea brasileira reúne um conjunto de fatores benéficos a sua espetacularização e ao seu consumo, assim como à identificação das fronteiras que separam o público do privado e, simultaneamente, sua diluição: tecnologia, administração, legislação, política, economia de mercado e a mídia. Os resultados têm repercussão direta na vida e na morte, o que amplia a gravidade e o impacto da informação. Todos esses fatores são passíveis de identificação na cronologia ordenada no Quadro 1 (anexo) sobre a crise, no período que interessa a esse artigo (2006/2007), sendo que o seu epicentro são as duas grandes tragédias aéreas com a GOL em 2006 e da TAM em 2007 e a visibilidade espetacular de todas as etapas de identificação de vítimas com a respectiva atribuição de culpas e responsabilidades.

A Crise Aérea Brasileira foi constituída sobre a disputa de versões entre as duas tragédias (Gol e TAM), quatro instituições públicas (Governo Federal, Ministério, Infraero, ANAC), uma CPI na Câmara Federal (CPI do Apagão Aéreo), empresas aéreas brasileiras, empresas fabricantes de aeronaves, aeroportos, milhares de usuários do transporte aéreo brasileiro e os meios de comunicação de massa, conforme a sua cronologia, ainda em construção. A configuração dessa crise contém todos os elementos que permitem a disputa de verdade.

2 AS TRAGÉDIAS

A ‘primeira tragédia’ aérea da Crise ocorreu em 29 de setembro de 2006. Depois de alguns dias foi possível contar que após colidir com um jato particular Legacy, no espaço aéreo de Mato Grosso, o Boeing 737-800 da Gol caiu numa região de mata fechada, a 200km do município de Peixoto de Azevedo (MT). Morreram 154 pessoas. Não houve sobreviventes. O jato *Legacy*, mesmo com avarias em uma das asas, pousou na Base Aérea do Cachimbo. Era, até então, o acidente aéreo com o maior número de vítimas, da história da aviação brasileira.

O impacto desta tragédia residiu na sua invisibilidade, na escuridão, no silêncio, nas dificuldades para explicar os motivos do acidente e localizar os corpos das vítimas e os destroços. As informações contraditórias acirraram discussões de várias ordens (técnica, política e jurídica) sobre a responsabilidade do acidente considerando

que: os pilotos do *Legacy* eram norte-americanos; a rota e a altitude não foram obedecidas; poderia ter ocorrido problemas de compreensão de linguagem; o *transponder* (dispositivo de comunicação eletrônico) poderia estar desligado; haveria uma ‘zona cega’ em controle aéreo na região onde o acidente ocorreu.

Em pleno período eleitoral e de denúncias, a tragédia passa a ser submetida à gramática da mídia como um meta-acontecimento (Rodrigues, 1993). Primeiro, contribuem as especulações sobre as causas e a possibilidade de existirem sobreviventes apaziguando o imaginário sobre a selva que, também, pode abrigar e salvar. Depois, as dificuldades de acesso ao local da queda e, por último, a identificação dos destroços do Boeing. São apresentadas imagens com intensa significação que, sabidamente, chocam e comovem. Capturada pela mídia, a estética do trágico atualiza-se na imagem de um calçado caído, de roupas reviradas, espalhadas e/ou rasgadas, de um computador portátil retorcido, de malas/bolsas e, mesmo, de papéis ao vento.

Presentifica-se a violência que se faz vazia e silenciosa. Expropriadas, essas imagens são empregadas para consternar, impactar, revoltar e, fundamentalmente, manter a atenção e a audiência. A repetição dos fragmentos da tragédia, a cobertura do trabalho, o acompanhamento de féretros e velórios, a imagem da dor e da perda substituem o momento de ocorrência do acontecimento. Sob a perspectiva de responsabilidade sobre tantas mortes, já que essa tragédia não era natural, nem ato terrorista, os controles técnicos e políticos começam a ser mostrados na sua fragilidade e insegurança, ao mesmo tempo em que a culpa tenta ser imputada aos pilotos do *Legacy*, que se tornam protagonistas de uma batalha jurídica e de especulações internacionais, enquanto são mantidos no País.

A ‘segunda tragédia’ ocorre no dia 17 de julho de 2007 e ingressará no cenário político e nas redes midiáticas como a ‘morte anunciada’. Um dia após uma aeronave da empresa Pantanal ter derrapado no aeroporto de Congonhas (SP), ocorreu o acidente com o Airbus A320 da TAM, voo 3054, procedente de Porto Alegre (RS). A soma dos fatos conta que a torre de controle de Congonhas avisa aos pilotos que a pista está molhada e escorregadia e pede para que tomem cuidado. A aeronave da TAM procede à aterrissagem, toca na pista, passa em alta velocidade e, após percorrer toda a extensão da pista, sobrevoa a avenida Washington Luis (próxima ao aeroporto), choca-se contra o prédio de cargas da TAM e explode. O número de vítimas (entre as pessoas que estavam a bordo e em terra) transforma-o no maior acidente aéreo da história do Brasil. Possíveis causas: pista escorregadia, falha mecânica e/ou falha humana.

Ao contrário do silêncio e da invisibilidade da primeira, essa tragédia pode ser

acompanhada minuciosamente e em tempo real, em toda sua extensão, tendo por testemunhas milhões de pessoas hipnotizadas pelo fogo ininterrupto, transmitido nas imagens da televisão. Atrás do fogo na tela, a morte de 199 pessoas.

Ao mesmo tempo em que as explosões e o fogo ocupam o espaço visual e a notícia da tragédia se sobrepõe a qualquer outra, centenas de pessoas se dirigem aos aeroportos Salgado Filho (RS) e Congonhas (SP), em busca de informações. A TAM não fornece a lista com os nomes das pessoas a bordo da aeronave e revolta os familiares que, durante horas, exigem alguma resposta. O tumulto toma conta desses aeroportos. Enquanto isso, as imagens do incêndio causado pela explosão são veiculadas insistentemente pelas emissoras de televisão. Somente no início da madrugada do dia 18, os nomes são divulgados e o Brasil pode assistir ao desespero dos familiares que recebiam a confirmação da morte em uma sala improvisada, numa transmissão ao vivo. Imagens de dor, tristeza, e incredulidade são a face da mídia após o acidente, somadas às da explosão, das labaredas, da noite de luta dos bombeiros impotentes frente às dimensões da tragédia.

As duas tragédias permitiram a amplificação de paixões individuais e coletivas. As reações de pânico, medo, desespero eram mostradas e contagiavam os espectadores. O medo descontrolado ia sendo colocado entre as pulsões da vida (Eros) e da morte (Thanatos). Medo ampliado pela insegurança interpretada na fala dos governantes, dos empresários. Durante o longo período em que a cena da tragédia era desmontada, os familiares e amigos esperavam (inicialmente) com esperança de que um imprevisto tivesse impedido o embarque e, depois (finalmente) com o medo de reconhecer seus mortos. A mídia se empenhava em mostrar, por inúmeras vezes, o desespero, o medo e a raiva (paixões tristes) daqueles que perderam seus entes, enquanto estes, de modo organizado, mostravam sua indignação, deitando-se no chão do Aeroporto Salgado Filho, vestidos de preto, pedindo justiça, apresentando os órfãos, os viúvos, as mães e os pais inconformados. Espalhavam flores, usavam camisetas com nomes dos seus mortos.

Simultaneamente, as imagens da tragédia eram alternadas pela pergunta: por que o avião não parou? Começam, então, as especulações, algumas fundadas em índices, outras, apenas em percepções e crenças pessoais. A cada (re)apresentação do acontecimento pela mídia, novos elementos — informações, opiniões, testemunhos, depoimentos de especialistas — são associados como em um jogo quebra-cabeça, complexificando-o. Devido ao fato de o acidente ser com uma aeronave da TAM que, ironicamente, passa em alta velocidade pela pista e explode ao chocar-se com o prédio da própria empresa, em princípio, poder-se-ia esperar que todas as especulações se

focassem na manutenção das aeronaves da empresa, na possibilidade de falha mecânica e nos *spoilers* (que realizam a frenagem aerodinâmica) e/ou em falha humana, ou seja, em uma situação de normalidade, um acidente como o ocorrido tenderia a trazer para o foco das atenções/especulações a empresa aérea.

No entanto, o contexto descrito a partir da própria mídia, constitui como foco das especulações a irresponsabilidade governamental. Com interesses legítimos ou ‘clandestinos’ (econômicos, políticos e midiáticos), a mídia tenta descrever, ‘apurar’ e classificar o acontecimento. Trata-se de uma tragédia ocorrida em uma pista que: tem histórico de ser escorregadia; esteve em reformas até pouco tempo; foi reaberta pela Infraero mesmo não tendo sido concluída (faltava terminar o serviço de *grooving*¹); e, por isso, poderia provocar a formação de lâmina d’água sobre ela, potencializando as possibilidades de derrapagens (houve medições da lâmina d’água na pista nos dias anteriores e, também, ocorreu a derrapagem do avião da Pantanal) e, o controle aéreo do terminal de Congonhas alertou os pilotos para o fato de a pista estar molhada e escorregadia. Cabe ressaltar que a possível pressão exercida pelas empresas aéreas para que a pista fosse reaberta não recebeu atenção da mídia.

Diante das dimensões do acontecimento, a mídia afirma sua intenção de realizar a ‘cobertura completa’, de mostrar aos públicos ‘tudo’ sobre o acontecimento, auto-instituindo-se porta-voz. Essa lógica exige assumir o papel de investigador-inquiridor, ou seja, a necessidade de, não apenas apresentar aos públicos, em imagens e verbo, informações sobre o acontecimento, mas, fundamentalmente, apurar ‘fatos’ para fazer emergir o que afirma ser a realidade. Com temporalidade e ritmo diversos daqueles das investigações técnicas, passa a pressionar interlocutores (técnicos/especialistas, responsáveis pelas empresas envolvidas, políticos, controladores, pilotos, dentre outros) para que se manifestem a respeito, mesmo antes de os fatos serem apurados com técnica/perícia necessária. Da mesma forma, constitui-se em arena para que os diferentes agentes realizem suas jogadas, seja para atacar, defender, desqualificar e/ou denunciar.

Enquanto o Governo era colocado no centro das tragédias, as companhias aéreas tinham sua responsabilidade minimizada na grande mídia, especialmente a TAM que em seu *site* na Internet – os Sete Mandamentos – registrava o interesse do lucro acima do interesse humano² ao afirmar que ‘Nada substitui o lucro’. Entre os interesses econômicos, interesses dos usuários e interesses políticos, a Crise Aérea Brasileira foi documentada e construída pelo processo de apropriação dos fatos e sua respectiva midiaticização. Para além do interesse editorial, a crise respondia a todos os critérios de noticiabilidade e continha os ingredientes da espetacularização.

Aos poucos, como é da natureza dos lutos, também o pavor e a dor das tragédias foram particularizados e passaram a ser usados na medida da conveniência da Crise. Em julho de 2008, uma grande manifestação dos familiares ocupou as páginas dos jornais e, rapidamente, os espaços nos telejornais, enquanto o tráfego aéreo parecia estar normalizado. Como diz Baumann (2001, p.61) ao falar da ‘pacificação do planeta dos homens’:

Os sofrimentos que costumamos experimentar a maioria das vezes não se somam e, portanto, não unem suas vítimas. Nossos sofrimentos dividem e isolam, nossas misérias nos separam, rasgando o delicado tecido das solidariedades humanas.

3 A CRISE

A busca por responsáveis e a definição das causas do acidente da GOL dá início a uma longa lista de especulações e acusações, ampliada com o segundo acidente (com a TAM). Assim, a apropriação dos acidentes pela mídia força seu redimensionamento de um lugar técnico-empresarial para o político-social, permeados pela passionalidade da tragédia, das mortes.

Sob essa configuração, a mídia cumpre seu papel mostrando/revelando equipamentos desligados, normas desrespeitadas (não cumpridas), problemas nos equipamentos de controle, falha na comunicação, falha humana, e/ou controladores despreparados como algumas das possíveis causas pelos acidentes. À medida que a tensão aumenta, a Crise Aérea Brasileira se potencializa. Às voltas com denúncias, revelações e acusações que afirmam não ser seguro voar no Brasil, ocorre a pane no sistema de radares do Cindacta-2 (Curitiba - 21/10/06), ocasionando, pelo menos, o atraso de 146 vôos.

Pressionados pelo inquérito policial que apurava possíveis omissões no acidente com o avião da Gol, e afirmando estarem sobrecarregados, no dia 27 de outubro de 2006, os controladores de vôo iniciam uma operação-padrão (entendida como greve). Denunciam a precariedade das suas condições de trabalho e, especialmente, o excesso de vôos pelos quais cada controlador é responsável, muito acima das normas de segurança. Essa denúncia implanta o medo em todos usuários de aviões e expõe um embate com o comando da Aeronáutica, entre a profissionalização do setor e a hierarquia militar. Na prática, essa situação se traduz em atrasos de vôos, na formação de filas nos aeroportos com passageiros se mostrando desrespeitados e lesados; tumultos nos balcões e manifestações de desespero e agressividade.

O insólito da situação fornece centenas de imagens e textos editados

regularmente pelas mídias, e o Brasil acompanha os passageiros exaustos, incomodados, irritados, chorosos, desesperados, denunciando o descaso do Governo e das companhias, ou dormindo nos saguões dos aeroportos, amontoados em cadeiras ou pelo chão. O caos apresentado não poupa nem os idosos, as crianças e os doentes e, demoradamente, as mídias mostram, questionam, chamam especialistas, editam notícias/matérias/reportagens sobre o acontecimento. Cumprem seu papel de vigilantes e mediadores da realidade e, ao mesmo tempo, para além da cobertura jornalística, a crise é midiatizada e apropriada em todos os espaços e tempo nos diferentes gêneros que configuram o funcionamento dos meios de comunicação massivos. A palavra é dada a todos os envolvidos. A crise aérea ganha cada vez mais visibilidade e passa a ter programas especiais nos diferentes veículos de comunicação. Sob a lógica de entretenimento da audiência, um drama particular constitui-se na expressão dos diferentes dramas dos passageiros que aguardam a hora de poder viajar.

Na tentativa de amenizar o problema e cobrado pela mídia que se auto-institui porta-voz dos passageiros ‘presos’ nos aeroportos, o governo — a partir de seus diferentes representantes — ensaia uma série de propostas/decisões. Luiz Marinho, Ministro do Trabalho, é o enviado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — presidente Lula — para negociar soluções com os controladores (1º. e 2 de outubro de 2006). Mas o problema não é resolvido e a tensão aumenta. O Governo, no centro das críticas, parece protagonizar um jogo amador de tentativa e erro, com respostas desconstruídas e simplistas, até declarações sobre a inexistência dos problemas e da crise, a soluções imediatas para a mesma crise inexistente (!). Sob a perspectiva da crise aérea — apagão aéreo —, atualiza-se a idéia de que o governo não tem real compreensão da dimensão dos fatos, nem tampouco de suas implicações, ou a de que não tem vontade política e/ou competência para fazê-lo.

No dia 14 de novembro de 2006, Luiz Carlos Bueno, Comandante da Aeronáutica, decide aquartelar os controladores de voo. Sob protestos mais intensos, a crise ganha novo fôlego com a manifestação pública organizada pelas esposas de controladores que denunciam as precárias condições de trabalho de seus maridos.

O cenário denominado ‘caos aéreo’ se mantém, especificamente, no espaço dos aeroportos onde os atrasos continuam e as cenas de inconformidade se repetem. Dezembro de 2006 é marcado por mais problemas técnicos e por novas e contundentes revelações: 05 de dezembro, falha de equipamentos impede a comunicação entre aeronaves e o Cindacta-1 (Brasília); 09 de dezembro, a Aeronáutica admite a falta de técnicos para corrigir o sistema; 12 de dezembro, o Tribunal de Contas da União divulga um relatório apontando falhas na gestão do sistema de controle aéreo e falta de

recursos. No dia 12 de janeiro de 2007, uma nova pane impede as comunicações no Cindacta-2 (Curitiba). Em 14 de fevereiro, os controladores ameaçam realizar greve no carnaval e, em 16 de fevereiro, o Presidente Lula substitui Luiz Carlos B. da Silva Bueno pelo Brigadeiro Juniti Saito no comando da Aeronáutica.

A situação é tão grave quanto propícia para que seja articulada a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o ‘apagão aéreo’, mesmo estando em período de recesso Parlamentar. Essa CPI é proposta em 27 de fevereiro, pelos deputados Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Otávio Leite (PSDB- RJ) em resposta ao cenário e à visibilidade do caos aéreo, em busca da identificação de responsabilidades. O documento é acompanhado pela assinatura de mais 215 deputados e propõe-se investigar as causas da crise aérea. Intensificam-se as estratégias e negociações a favor e contra a CPI. Enquanto a base governista age no sentido de evitá-la, deputados de oposição vão aos aeroportos solicitar apoio para instalar a CPI do Apagão Aéreo, após duas novas panes (no dia 18 de março de 2007 – pane nas comunicações do Cindacta-1 (Brasília) e no dia 21 de março, na rede de informática do Cindacta-2 (Curitiba). Em apenas três dias, foram coletadas 20 mil assinaturas, em 13 aeroportos do Brasil, já que o ambiente era favorável à coleta, pois grande parte das pessoas vivenciava, nos aeroportos, situações de atrasos, de falta de informações, de prejuízos, sentindo-se inseguras e lesadas em seus direitos. A adesão era o comportamento mais lógico para a situação. No dia 25 de abril, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal determina a instalação da CPI do Apagão Aéreo na Câmara dos Deputados, o que ocorre no dia 3 de maio.

As acusações e as perguntas são mantidas. De um lado, políticos e especialistas que acusam o governo; de outro, a Infraero e a ANAC que se defendem; e, ainda, empresários que exigem providências, são acusados e também se defendem. Em meio a isso, a mídia pergunta e responde. Com interesses diversos, os diferentes sujeitos disputam espaços na arena midiática: passageiros exigem seus direitos; empresários, focados na ampliação do número de vôos e de assentos disponibilizados nas aeronaves para atender à demanda, mesmo sabendo da sobrecarga dos aeroportos, procuram esquivar-se do foco das atenções e cobram do governo melhorias nas condições de segurança e qualificação dos controladores e demais profissionais; políticos oposicionistas exigem a CPI; governo, Infraero e ANAC tentam justificar o ‘apagão aéreo’ e prometem soluções para breve.

O clima de tensão e instabilidade nos aeroportos se potencializa quando, nos dias 30 e 31 de março de 2007, os controladores entram em ‘greve’ ampliando, evidentemente, o ‘caos aéreo’. O comando da Aeronáutica classifica o movimento de

‘motim’ e ordena a prisão dos controladores militares. O presidente Lula, em viagem aos EUA (Washington), determina que o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo negocie com os controladores, prometendo evitar punições e discutir o reajuste salarial. Compromete-se, também, a agir para desmilitarizar a categoria.

O quadro que se apresenta sobre a crise aérea, particularmente a partir da mídia, propõe um governo desarticulado, sem um plano de ação a curto e médio prazos, e com autoridades cujo poder e credibilidade são postos em dúvida. A batalha no interior do Governo integra a Crise e é travada entre a Presidência da República, Ministério da Defesa (Waldir Pires substituído por Nelson Jobim), Comandante da Aeronáutica (Luiz Carlos Bueno substituído por Juniti Saito) e a diretores e presidente da ANAC (todos os cinco diretores entregam os cargos, incluindo o presidente Milton Zuanazzi). Evidentemente, a crise traz à tona disputas de poder que ocorrem nos bastidores e envolvem projetos político-partidários e interesses privados. De certa forma, os discursos do Governo/ Infraero/ ANAC, de tão desarticuladas, poderiam ser classificadas como ‘teatro do absurdo’. Nessa configuração, não faltaram acusações, contradições, ataques, retratações, inferências rápidas, respostas vazias/vagas, falta de informações e o desfile de muitos interesses particulares (políticos, econômicos e de visibilidade pessoal). Assim, o governo é situado num clima de desconfiança, incredulidade, e, até, de incompetência para gerir o setor aéreo ou, mesmo, de ter má vontade/descaso frente ao setor aéreo e à população.

Na mesma perspectiva, promessas e soluções não foram cumpridas, obras prometidas não foram acabadas no tempo previsto. Um dos primeiros argumentos para justificar o acidente do Voo TAM 3054 e sua derrapagem em Congonhas foi o fato de que a pista principal havia passado por reformas com a finalidade de minimizar os riscos de acidentes e derrapagens (há um histórico desse tipo de incidentes em Congonhas). Porém, a pista voltou a ser utilizada antes de o *grooving* ser concluído, já que a Infraero (que autorizou a reabertura da pista para 29/06/07) afirmara que a falta do *grooving* não seria problema, pois se tratava de ‘período de inverno e com tempo seco’. A conclusão da obra estava prevista para fim de setembro.

O Governo foi colocado no centro das atenções e responsabilizações, e as companhias aéreas foram apresentadas pela mídia em papel secundário frente ao Governo/Infraero/ ANAC, mesmo tendo contribuído para o agravamento da crise. Por exemplo, no auge da Crise, a empresa aérea TAM retirou seis aeronaves (20/12/06), sofreu denúncias de prática de *overbooking*, falta de estrutura para atendimento de clientes, etc. Outro exemplo foi a invasão de um avião da TAM, em Brasília. Passageiros ‘presos em terra’ acusam a empresa de não providenciar hospedagem e alimentação,

de não obedecer à legislação, entre outros fatos.

As empresas aéreas, focadas no retorno financeiro, operam com carga total. A ANAC é acusada de não fiscalizar como deveria e, até, de se beneficiar de acordos com as empresas aéreas³. O acidente da TAM expõe problemas de ordem técnica, de qualificação de seus profissionais para operar os vôos e a responsabilidade sobre os fabricantes da aeronave. Essas questões aumentaram a insegurança dos usuários e as dúvidas sobre as possíveis soluções.

4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E IMAGENS PRIVADAS

Três situações exemplares configuram a desesperada busca por culpados e responsáveis no Governo. Ao registrá-las e mantê-las em evidência, a mídia edita os dois tipos de argumentos fatais à imagem do Governo e mobilizadores de indignação social, especificamente, a demonstração explícita da falta de solidariedade e o descaso com a situação. As situações são constituídas pela parte de um discurso (Marta Suplicy, Ministra do Turismo), pela imagem social (diretora da ANAC, Denise Abreu, fumando um charuto) e pela imagem institucional (o gesto, dito obsceno, do Assessor Especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia). Independentemente do seu significado real e do grau de veracidade, seus protagonistas simbolizaram, naquele momento, o emaranhado da crise.

A primeira situação refere-se à ampla divulgação dada às imagens da diretora da ANAC, Denise Abreu, fotografada fumando charuto em uma festa de casamento, em Salvador. Frente ao caos vivido pelo setor aéreo, particularmente pelos passageiros, as imagens são consideradas ‘desrespeitosas’ e, mesmo, um ‘insulto’. A tendência das manchetes foi a de tensionar a ‘diversão’ da diretora da ANAC com o caos vivido pelos passageiros. Assim, a mídia dá ênfase à idéia de ‘descaso da Agência’ para com os passageiros que experimentam horas de filas, falta de informações, tumultos, como se não se importasse com a situação vivida por eles.

Essa imagem é comparada à situação inversa e respeitosa dos controladores de vôo que, em nota, pedem perdão à sociedade pela paralisação e afirmam ter sido um ‘grito de socorro’ pois estariam no ‘limite da condição humana’. A comparação entre o comportamento da diretora da ANAC e o dos controladores de vôo é inevitável: enquanto eles declaram que seu comportamento foi determinado pelas circunstâncias de trabalho, a diretora da ANAC, pela crise em curso, não é apresentada como tendo argumentos suficientemente relevantes para justificar sua postura. As perguntas sobre o porquê desse desrespeito não interessam. Qual seria a inconveniência? Participar da festa, fumar ou fumar um charuto? Um gesto, aparentemente, simples é transformado

em acontecimento. A resposta pode estar no fato de que não havia culpa ou dor visíveis. Mesmo como máscara. Essa situação obteve muito mais espaço na mídia do que o período em que a mesma diretora prestou depoimento na CPI do Apagão Aéreo, acusada de corrupção, e se demitiu da ANAC, em agosto de 2007, num processo repleto de acusações objetivas, argumentos, números, cifras e registros.

Diante disso, pode-se dizer que a contundência da crítica ao comportamento da diretora da ANAC (pessoa pública) vem do lugar privado cuja postura prevê demonstrações de comprometimento em solucionar o problema e, portanto, não cabem demonstrações festivas.

A segunda situação foi a declaração da Ministra do Turismo, Marta Suplicy, no dia 14 de junho, ao ser questionada sobre o que diria para quem enfrenta o caos dos aeroportos responde: “Relaxa e goza. Porque depois você esquece todos os transtornos”.

Esse conselho, associado ao comportamento da diretora da ANAC, dentre outros flagrantes, ratifica a idéia de descaso, descompromisso e falta da solidariedade do Governo com os que sofrem com a crise, com os mortos e familiares. A declaração parece dar uma nova dimensão à crise: dá ares ‘circenses’. Não é por acaso que o adereço ‘nariz de palhaço’ passa a ser usado como forma de protesto dos passageiros. A Ministra, constrangida com a repercussão de seu ‘conselho’, desculpa-se. No entanto, seu enunciado ganha cada vez mais relevo na mídia e na fala cotidiana. Não há desculpas, parece dizer a mídia em nome de todos, para quem é a maior autoridade do país em viagens.

A terceira situação é protagonizada por imagens roubadas de uma janela no Palácio do Planalto. Um cinegrafista da Rede Globo registra, em vídeo, o momento da reação do assessor especial do Presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, junto com o assessor de imprensa, Bruno Gaspar, quando, às 20h17min do dia 19 de julho de 2007, fez um gesto dito obsceno⁴. Sem áudio, a explicação foi dada pelos próprios atores do ato. O gesto ocorreu no momento em que uma reportagem do Jornal Nacional (Globo) indicava que o acidente da TAM poderia ter sido causado por defeito técnico do avião. O assessor (assim afirmaria) vibrara pelo deslocamento do Governo do centro das atenções da Crise e do acidente. Por mais que as explicações sobre o gesto estivessem relacionadas a este fato, a cena foi explorada ininterruptamente com especulações relacionadas ao desrespeito à dor, à falta de solidariedade, etc. A pergunta mais freqüente entre os políticos de oposição é: ‘Como pode alguém comemorar uma situação em que 199 pessoas morrem vítimas de um acidente?’; ‘O que o assessor de Lula tem para comemorar?’; ou, simplesmente, ‘onde está o respeito para com as

famílias das vítimas do acidente e com a população brasileira?’.

Não existe privacidade possível para quem tem poder delegado em instituições públicas. Palavras, gestos e comportamentos significam e repercutem publicamente, como sendo de resultado direto sobre ações de interesse público. O limite da subjetividade sobre a importância da festa, do charuto e do gesto se contrapõe, evidentemente, ao discurso formal. De um lado, as imagens recortadas e usurpadas, cujo som é adicionado pelas interpretações e versões de todas as ordens e, de outro, a objetividade, a clareza da frase da Ministra que dispensa versões e interpretações e serve como slogan político.

A comunicação pública está vinculada à difusão e ao debate em torno de temas de interesse público, temas de interesse vital para o Estado, a política, a sociedade, os indivíduos e, como tal, possuem capacidade para tensionar e repercutir posicionamentos e exigir respostas. Pode-se concluir que:

Seja na modalidade informativa, persuasiva, institucional ou na hibridação destas, esse tensionamento depende da argumentação necessária para saber, denunciar, justificar, defender, promover atores em lugares de poder, por representação (eleitos ou indicados), legitimidade (competência e reconhecimento). São eles os ordenadores da valoração de fatos num *continuum* no qual a contestação e apoio se alternam, dependendo dos interesses em jogo. Assim são borrados os limites entre interesses públicos e interesses privados, entre poderes maiores ou menores. O que importa é obter credibilidade intimamente associada à disputa da verdade, à escolha das versões mais convenientes que concorrem para a construção das opiniões individuais e da opinião pública. Como decorrência, a imagem pública desejada pelos atores da cena político-midiática será conformada no âmbito da recepção e sem fidelidade, está em permanente (des)construção devido às mediações, vivências e ao confronto de versões (WEBER, 2007)

A crise mostra um governo com a imagem pública seriamente comprometida e qualquer espaço parece ser adequado para que a opinião pública se manifeste, como a vaia recebida pelo Presidente Lula na abertura dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007, no dia 13 de julho, no Rio de Janeiro. Entre dezenas de autoridades e milhares de pessoas, o presidente é aconselhado a não oficializar a abertura do PAN, num gesto de recuo de sua autoridade. Esse fato ocupou o centro da disputa sobre o significado desse ato e a real representatividade daqueles que vaiaram. De qualquer modo, foi transformado no símbolo de desgaste do governo.

Entre a disputa de versões e a autoridade para resolver problemas de infraestrutura e falta de investimentos; acusações de os órgãos fiscalizadores não cumprirem com suas funções – ou fazê-lo de forma amadora ou, ainda, preservando interesses outros; enunciados infelizes realizados por pessoas ligadas ao governo;

descuido nos pronunciamentos e desconhecimento declarado das dimensões da crise; promessas de solução dos problemas para curto prazo quando técnica e/ou financeiramente não era possível – tendo como resultado o não cumprimento das promessas; dificuldade em reconhecer a situação de crise ou tendência a negá-la; situação tensa com os controladores aéreos – operação-padrão, greve/motim, acusações e denúncias; e, também, o fato de esse setor estar diretamente relacionado a um público com tendência a estar mais informado, ter nível escolar superior, ser economicamente mais ativo, estar acostumado a ser bem tratado, e inclinar-se a exigir respostas mais coerentes e racionais. Vale lembrar que esse público tem capital e rede de relacionamentos – portando poder de pressão direta e indireta – que lhe permite realizar manifestações para protestar quando se sente ameaçado e/ou lesado e, também, agir de modo a conseguir visibilidade midiática, caso considere isso necessário.

Mesmo de posse da informação de que o avião acidentado estava com o reversor do motor direito desligado por ter apresentado defeito desde o dia 13 de julho de 2007, e que, mesmo assim, continuava voando, a mídia não muda o foco de sua atenção. Ao contrário, tende a munir-se de especialistas para, por exemplo, ao rever as gravações feitas pelas câmeras de monitoramento da torre de controle da Infraero, reforçar a idéia de que, mesmo assim, a falta do *grooving* pode ter sido determinante para o acidente. Porém, se essa informação poderia diminuir a pressão exercida pela mídia, pelas empresas e pelos públicos sobre o setor público, um novo evento envolvendo setores do governo agrava ainda mais a crise e o sentimento de indignação.

Conforme referência anterior, a atitude do assessor do Presidente Lula, de um lado, revela um governo muito pressionado, ‘acuado’, e sem respostas, de outro, constitui-se em mais combustível para o espetáculo midiático em curso. Nessa trama em que os interesses públicos e privados são tensionados e, mesmo, dissolvidos em uma mistura aparentemente heterogênea, a mídia auto-institui-se como porta-voz das vítimas e inquisidora frente o governo, a ANAC e a Infraero. A mesma pressão não é exercida sobre as empresas aéreas que, claramente objetivando ampliar seus lucros e atendendo a uma demanda crescente, pouco se importam com os problemas de infraestrutura desde que consigam atingir suas metas. Pelo contrário, também pressionam o governo exigindo negociar, dentre outras coisas, novas rotas e a possibilidade de continuarem pousando, mesmo que em situação de sobrecarga, no aeroporto Congonhas (SP).

Vale observar que a imagem-conceito das empresas aéreas, entendida como

[...] um constructo simbólico, complexo e sintetizante, de caráter judicativo/caracterizante e provisório realizada pela alteridade (recepção) mediante permanentes tensões dialógicas, dialéticas e recursivas, intra e entre uma diversidade de elementos-força, tais como as informações e as percepções sobre a entidade (algo/alguém), o repertório individual/social, as competências, a cultura, o imaginário, o paradigma, a psique, a história e o contexto estruturado. (BALDISSERA, 2004, p. 278),

que poderia estar sendo fortemente prejudicada devido aos atrasos, ao não-cumprimento da legislação, à falta de informações e, mesmo, ao atendimento inadequado prestado aos passageiros, na realidade tende a não ser tão atingida, pois que no ‘olho do furacão’ da crise aérea na mídia, isto é, no ápice da crise aérea, está apenas o governo, a ANAC e a Infraero. As empresas aéreas tendem a aparecer como simples co-adjuvantes ou mesmo como vítimas na/da crise aérea.

O acidente com o voo da TAM, que em princípio não faria parte da crise aérea (a vinculação com o governo resultou das especulações por a crise aérea estar em curso e o governo com a imagem pública danificada), a ela foi incorporado sem que a mídia faça as devidas distinções entre um evento e outro. Nesse espetáculo, as especificidades são diluídas/borradas e (re)apresentadas insistentemente como sendo da mesma qualidade.

O ataque frontal às empresas aéreas inicia quase um ano depois do primeiro acidente, quando Nelson Jobim assume o Ministério da Defesa e em entrevista faz duas afirmações contundentes. A primeira que ‘as empresas aéreas fazem ‘terrorismo’ para impedir mudanças’ e, a segunda, ‘que não se pode sacrificar a segurança a bem do interesse empresarial’⁵. Não houve manifestação das companhias.

5 MEDIATIZAÇÃO DA CRISE, ENTRE INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS

A mediatização (entre a notícia e o espetáculo) serve à compreensão dos limites e das representações do público e do privado. Pode-se abordar o conceito de mediatização seguindo a trilha de Verón (1995; 1997) e abordado por Weber, Coelho e Pereira (2006, p. 26-7) a partir das suas

implicações sociológicas sobre as condições (regras econômicas e institucionais) de acesso às mensagens, bem como as condições de acesso ao *sentido* destas mensagens, determinadas pelas *regras de sentido* específicas em certos contextos de interação. O próprio autor sustenta que nesse ‘mercado discursivo’ há um ‘emaranhado de circuitos de feedback’ que representam processos não lineares e muito complexos de co-determinações que impedem tomar a mídia como a única esfera de produção de sentido. São os processos de mediatização, portanto, fundamentais como produtores e

organizadores de sentido para todos os outros campos, na medida que os meios de comunicação massivos compõem um sistema peculiar de visibilidade e tradução destes campos e de suas ações e discursos.

Ao ser midiaticizada, a crise aérea brasileira permite a confluência e o debate sobre os aspectos técnicos, políticos e mercadológicos que adquirem diferentes níveis de intensidade na visibilidade midiática. De acordo com Rodrigues (1993, p. 29), ‘o que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o facto de ele próprio ser dispositivo de notabilidade’. Dito de outra forma, a mediação efetuada pela mídia, entre realidades e verdades, emissores e receptores, se transforma em midiaticização quando se configura

a intervenção dos meios de comunicação de massa, mesmo que ainda no plano da veiculação de notícias, ainda que em diferentes formatos. Isso implica em uma série de atributos assumidos pela notícia/acontecimento jornalístico uma vez que entra na cena pública. [e este] é transformado em produto midiático, o acontecimento jornalístico é aquele que pode extrapolar o campo jornalístico, quando há interesses editoriais que serão somados aos da própria rede de comunicação midiática que manterão à tona o fato, apropriando-se e investindo nele. (WEBER; COELHO; PEREIRA, 2006, p. 27-8)

A intensa participação direta da mídia na cobertura de todos os ângulos trágicos, institucionais, passionais da Crise e de seus acidentes permite que os colunistas se emocionem e vociferem; que milhares de linhas sejam dedicadas aos ‘mortos pela Crise’. O jornal Zero Hora (Porto Alegre), por exemplo, dedicou durante semanas, um mínimo de seis páginas numa minuciosa cobertura (Reportagem Especial) sobre causas do acidente, acompanhamento e entrevistas com familiares, velórios, história dos mortos, além da cobertura política e técnica relacionada ao acidente. A intensa e passional cobertura levou o jornal a dedicar a manchete principal da sua capa do dia 21 de agosto de 2007 — em letras garrafais — a um suposto quase-acidente (normal em outras épocas, não fosse o medo vigente) e a uma notícia suposição. Contrariando as regras da objetividade jornalísticas, Zero Hora publica a foto de um Airbus na pista e a chamada principal ‘Airbus aborta pouso e evita batida em Boeing’ com o seguinte *lead*:

Uma manobra de última hora pode ter evitado que o Aeroporto Salgado Filho, na capital, tirasse de Congonhas a desonrosa classificação de palco da maior tragédia aérea nacional. Instantes antes do pouso, um Airbus A320 da TAM — mesmo modelo de avião acidentado em São Paulo — teve de arremeter na madrugada de ontem para não colidir contra um Boeing da BRA, que pousara instantes antes e não havia deixado a pista.

O jornal sugere a possibilidade de um acontecimento! A potencialidade desse acontecimento desencadeia todas as emoções e especulações, especialmente, medo, impotência, desespero, compaixão e luto. Como decorrência, o interesse da mídia, a predisposição da opinião pública em atribuir determinados sentidos ao fato; o surgimento de todos os fatos articulados; as implicações sociais, políticas e econômicas; a posição econômico-sócio-cultural das pessoas atingidas; as projeções e identificações junto aos formadores de opinião; e outros. Uma crise que resulta de um acontecimento trágico, por si, só constitui-se em fato com todos ingredientes para ser explorado midiaticamente. Em toda a crise, é possível identificar a existência de retesamentos e diluições entre os interesses privados e os do governo, bem como a existência de um jogo entre responsabilidades, autoridades e culpabilidade. A identificação desse processo se dá pela análise das estratégias de mediação.

À medida que a crise tensiona o poder público e o privado — o governo, os políticos e o mercado — e ocorre um processo de duplo agendamento de informações e versões, pode-se identificar deslizamentos que alteram, não somente a visibilidade dada ao acontecimento, mas também a sua própria qualidade e repercussão. Isto é, mais do que se constituir em simples potencializador da visibilidade da crise (com todos os seus desdobramentos), a mediação da tensão ‘poder público-poder privado’, pode resultar em borragens, em misturas de fronteiras com poder de alterar o próprio acontecimento. Assim, uma crise desencadeada por (e devida a) algo que é da qualidade da engenharia (tecnologia de segurança) pode ser (re)configurada e (re)apresentada midiaticamente como sendo de qualidade política.

A tragédia da morte é transformada na tragédia política sedimentada em dúvidas, desespero e disputas de poder como alguns dos ingredientes que foram amalgamados nesse fato transformado em espetáculo. Nesse processo, os sentidos do trágico evento são expropriados e passam a ser propostos e disputados no campo midiático. Esse, além de explorar o fato aplicando à estética da mídia — uma estética do espetáculo —, à medida que dá visibilidade ao fato (da qualidade do negativo) também potencializa o jogo de forças já existente entre os interesses de mercado e do governo. Auto-instituindo-se como inquisidora ou dotada do poder de falar pela ‘opinião pública’ e pela sociedade, a mídia, mais do que apresentar o fato, dá início a um processo de estetização do evento na tentativa de, ao mesmo tempo: a) atrair a atenção da audiência por apresentar algo diferente (mais completo); b) exibir-se demonstrando competência tecnológica na reconstrução do evento, c) legitimar-se como organização comprometida com o social, portando com a denúncia; d) fortalecer sua imagem-conceito de modo que possa retroagir sobre si mesma potencializando seu

poder simbólico. A mídia legitima a mídia.

Pode-se inferir que essa crise tem oferecido indicadores significativos sobre as estratégias de midiatização que colocam os meios de comunicação social como o lugar privilegiado do desmanche da coisa pública e das outras coisas de interesse privado. Um dos lugares assumidos pelas mídias é o de ‘representante’ da sociedade e em defesa do poder privado junto ao poder público, vai trazendo à tona uma série de questões não resolvidas entre essas duas forças. Assim ganham visibilidade e reforço no espaço midiático, os discursos técnicos, instrumentais (das empresas) passíveis de representação visual e colagem de opiniões, em contraposição aos discursos justificativos, receosos (do campo político) de difícil visibilidade e configuração. Trata-se de um jogo de forças.

A crise se manteve como atrator, possibilitando a participação social. Por exemplo, o Portal Terra manteve o link ‘Crise Aérea’ com as seguintes entradas: Últimas notícias, fotos, vídeos, direitos, Não agüento mais e Você repórter.

A diluição de fronteiras entre o público e o privado é uma das marcas que permeia os estudos de diferentes campos de conhecimento. Trata-se de identificar limites e convergências entre ações e movimentos específicos ao Estado, ao interesse público, e os outros decorrentes do interesse privado e de ações com objetivos e resultados obtidos em benefício particular. Na diluição de fronteiras – e na sua identificação – e entre essas duas dimensões (a pública e a privada) da vida social, política e econômica, está a configuração da contemporaneidade e os poderes de visibilidade da mídia. Entende-se como relevante retomar este processo de diluição, especialmente quando ocorrem grandes crises que (des)equilibram as relações de poder entre meios de comunicação de massa – as mídias –, a política e a sociedade. É o caso da crise – apelidada ‘crise aérea brasileira’ – mantida entre as fronteiras da esfera política, dos circuitos midiáticos e do mercado e que, como tal, tensiona os poderes executivo e legislativo a avaliar, identificar vítimas e culpados e a tomar decisões vinculadas à redução de danos (sociais e políticos), assim como interfere no mercado e nos produtos relacionados a viagens e aeroportos (em risco, o tempo e o espaço dos viajantes). Na fronteira, o risco de vida.

Em tempos de liquidez de conceitos e vivências (na trilha de Baumann, 2001), os poderes abrigados nas democracias são apresentados, cada vez mais, no modo performático e sustentados na fragilidade dos discursos. Também os limites e a confluência entre o público e o privado. A redução do mundo a sua aparência e os exercícios de transformação da realidade em imagens são cada vez mais determinantes para a formação de opiniões e a defesa de valores. A consistência dos valores da

civilização e o interesse público também aparecem simplificados e facilmente dispensáveis na medida em que as instituições públicas tendem a ocupar um lugar cada vez mais distanciado das vivências e dos apelos ininterruptos. Nesse processo de (des)constituição de valores que permitem explicar e viver no mundo de modo civilizado, está a onipresença das mídias, a estética do entretenimento e a lógica do consumo. Significa dizer: o impacto da aparência, longe da consistência inerente aos valores. Tudo pode ser simbolizado, simulado. Também a política.

Outro tipo de manifestação organizada na esteira da Crise foi o movimento Cansei (Cansei de tanta Corrupção – Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros) promovido pela OAB/SP e que nos meses de agosto e setembro colocou, lado a lado, artistas de televisão (Hebe Camargo, Regina Duarte, Ivete Sangalo, por exemplo) em cartazes, anúncios e mensagens na Internet. Criticando a corrupção, o Governo, o MST, a CUT, o movimento foi tema de debates e foi às ruas como manifestação da classe média e relacionando-se com o acidente da TAM. A maior visibilidade obtida foi no dia 17 de agosto quando ocuparam saguões de aeroportos e fizeram um minuto de silêncio pela vítimas.

Independentemente das causas ou do grau de politização que mobilizou esses grupos, cabe o pensamento de Baumann (2001, p. 10) sobre o público e o privado e suas manifestações em busca da política:

o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva na medida que as pontes entre a vida pública e privada são destruídas [...]. À falta de pontes, a comunicação esporádica entre os lados privado e público é feita com ajuda de balões que têm o hábito irritante de cair ou explodir assim que tocam o solo - e, o mais das vezes, antes de atingir o alvo.

Se na aparência não interessa onde começa e termina o público e o privado desde que o acesso a produtos e serviços seja efetuado, do ponto de vista da política, os limites entre o público e o privado são intrínsecos à democracia, pois é a essência dos direitos, deveres e liberdade da sociedade e dos indivíduos. Persegue-se, com a idéia de público, a supremacia do interesse público, a possibilidade de existir uma esfera pública, espaço da representação pública, mesmo com a intervenção ambivalente das mídias, como 'instrumentos de manipulação e formas de resistência' (ESTEVES, 2003, p. 53).

Diante do exposto, pode-se trabalhar com a hipótese de que a delimitação do espaço público, das instituições públicas, do interesse público é evidente e tangível na legislação, no espaço e no uso direto de seu funcionamento, mas tudo se dilui quando a essa delimitação é sobreposto um espetáculo, um grande acontecimento como é o caso

da chamada Crise Aérea Brasileira que coloca em jogo a vida e a morte que dependem de ações públicas, administradas pelo Governo, e de ações privadas, determinadas pelo comportamento do mercado.

O impacto e o terror gerados pela queda dos dois aviões (GOL e TAM) podem ser multiplicados enquanto as imagens e os discursos servirem às mídias, tanto do ponto de vista da tragédia quanto das especulações em torno da pergunta: inevitável? Na mídia, encontram-se os argumentos na produção e circulação pública de informações e ações de interesse público, configurando-se como espaço privilegiado da comunicação pública, porquanto lugar de abordagem e circulação de temas vitais à sociedade, ao Estado e à política, vinculados a decisões só possíveis quando outorgadas como representação política na esfera dos poderes públicos.

Em meio a tudo, a ratificação do poder da mídia, que, inclusive, é acusada de ser culpada pelas proporções que a crise aérea assumiu e das vaias que acompanharam o presidente em diferentes solenidades. Desse modo, a crise pode ser simplificada e as responsabilidades diluídas, se for atribuído às mídias, à imprensa o poder de montá-la e desmontá-la. Os processos de midiaticização, por mais sofisticados e sedutores que sejam, em nada substituem o poder das instituições públicas, mas aliados a elas se tornam e as tornam eixos de dominação e parcialidade.

Por fim, o desmanche do público e do privado que provocou esse texto pode ser descrito como o processo em que a imposição de versões e apropriações sobre os acontecimentos políticos, técnicos, econômicos e sociais relacionados à aviação brasileira, constituíram o espetáculo político-midiático (a Crise Aérea Brasileira). São os fatos de interesse público, para a política, mídias e sociedade, que mantiveram em evidência essa Crise ao estabelecer como eixo a responsabilização e a prestação de contas. Evidentemente esses fatos estavam repletos de componentes passionais, estéticos e editoriais, atratores de audiência e investimentos, o que coloca a crise na fronteira entre o público e o privado.

Diante da crise, as mídias têm um comportamento aparentemente paradoxal. Se, de um lado, ela mistura/desmancha os limites entre o público e o privado, de outro, em um movimento contrário, ao espetacularizar a crise aérea brasileira, mais especificamente ao midiaticizar o acidente, ela reforça a idéia de que a competência, a solução de conflitos/problemas está na esfera empresarial (privada) e que o governo (público) tem suas ações sedimentadas na morosidade, naquilo que é arcaico, e não funciona. Assim, ela constrói uma autoridade em que força a identificação entre a vida e o poder privado, e a morte e o poder público.

Na fronteira, riscos de morte.

**The dismantling of the public and the private within
'mediatization' of Brazilian air crisis (2006/2007)**

ABSTRACT

This essay entitled 'The dismantling of the public and the private within the 'mediatization' of Brazilian air crises (2006/2007)' aims to analyze the process of 'mediatization' pushed upon the Brazilian air crisis, so called due to the period of two serious air crash of national companies TAM and GOL; technical and bureaucratic chaos at the airports; presidential elections plus other facts brought the Federal Government right to the middle of the crisis. As an essay, this text intends to identify the strength levels and the blurring borders between the public the private from information strategy e actions related to the public order, the social mobilization and to the market logic among death and life questions.

Keywords: Communications and Politics. 'Midatization'. Public Image. Brazilian air crisis.

**El desmantelamiento del público y del privado
en la midiatización de la crisis aérea brasileña (2006/2007)**

RESUMEN

Este trabajo titulado 'El desmantelamiento del público y del privado en la midiatización de la crisis aérea brasileña (2006/2007)' tiene por objetivo analizar el proceso de midiatización impuesto a la crisis aérea brasileña, denominación del período en que confluieron dos graves accidentes aéreos de las compañías GOL y TAM, desordens técnicas y burocráticas en los aeropuertos, elecciones presidenciales y acontecimientos paralelos que colocaron el Poder Ejecutivo en el centro de la crisis. De carácter ensaístico, este texto pretende identificar niveles de fortalecimiento y dilución de las fronteras entre el público y el privado a partir de las estrategias de informaciones y acciones relacionadas a la orden política, a la movilización social y a la lógica del mercado, en medio a las cuestiones de vida y muerte.

Palabras claves: Comunicación y Política. Midiatización. Imagen pública. Crisis aérea brasileña.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. *Fragmentos de uma poética do fogo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BALDISSERA, R. *Imagem-conceito: anterior à comunicação, um lugar de significação*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. (Tese de doutorado).

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ESTEVES, J.P. *Espaço Público e Democracia - comunicação, processo de sentido e identidade social*. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2003.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. IN: TRAQUINA, N. (org) **Jornalismo, questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Veja, 1993.

VERÓN, E. **Semiosis de lo ideológico y del poder: la mediatización**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1995.

VERÓN, Eliséo. Esquema para el análisis de la mediatización. IN: **Diálogos de la Comunicación**. Lima, n. 48, out. 1997, p. 9-17.

WEBER, M.H.; COELHO, M.; PEREIRA, M. O voto, a rua e o espetáculo (questões sobre comunicação e política). **Revista Comunicação & Sociedade**, UESP, Ano 28, n.46, 2006. (p.13-32).

WEBER, M. H. **A Comunicação Pública e a Captura do Voto**. Caxambu (MG): 1º Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 2007. Disponível em http://201.48.149.88/anpocs/arquivos/11_10_2007_12_40_12.pdf . Acesso em 10/11/2007.

ANEXO

Cronologia da crise aérea a partir da mídia

Data	Fato/acontecimento	Observações
29/09/06	Queda do Boeing da Gol após colisão com um jato particular Legacy no espaço aéreo de Mato Grosso. No acidente morrem 154 pessoas.	Possíveis causas: falhas na cobertura do espaço aéreo brasileiro; problemas com equipamentos de controle; falha humana; descumprimento de normas.
21/10/06	Pane no sistema de radares no Cindacta-2 (Curitiba).	A pane causa atrasos em, pelo menos, 146 vôos da região sul.
27/10/06	Controladores de vôo iniciam uma operação-padrão - controla-se apenas 14 vôos de cada vez - que teria o objetivo de chamar a atenção sobre as condições de trabalho da categoria.	Controladores sentem-se ameaçados pelo inquérito criminal para apurar possíveis omissões no acidente.
01 e 02/10/06	Operação-padrão causa atrasos em aeroportos do país; Lula pede ao Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que negocie com os controladores de vôo; Governo prevê a solução do problema no prazo de uma semana.	Os atrasos geram, filas, irritação e tumultos; passageiros chegam a dormir nos corredores e saguões dos aeroportos.
14/11/06	Luiz Carlos Bueno, Comandante da Aeronáutica, decide aquartelar os controladores.	Controladores protestam.
15/11/06	Feriado com novos atrasos	
05/12/06	Falha de equipamento impede a comunicação entre aviões e o Cindacta-1 (Brasília).	Novas panes ocorreriam em janeiro e março de 2007.
07/12/06	Aeronáutica admite que faltam técnicos para corrigir o sistema.	
12/12/06	Falhas de gestão do sistema de controle aéreo e falta de recursos são apontados em relatório divulgado pelo Tribunal de Contas da União.	
20/12/06	A retirada de seis aeronaves da empresa aérea TAM, para manutenção, associada a práticas de <i>overbooking</i> , agrava a crise.	O governo disponibiliza aeronaves da FAB.
22/12/06	Atrasos superiores a uma hora em mais de 50% dos vôos. Os problemas seguem durante as festas de Natal e Ano Novo. Pista é invadida por passageiros que protestam ou tentam entrar nas aeronaves a força.	Tumultos, agressões, passageiros detidos; funcionários da Tam abandonam seus postos.
Dez. 2006 e	Deputados (oposição) criticam controle aéreo	Período de recesso

Jan. 2007	brasileiro e começam a articular a criação de uma CPI.	Parlamentar.
12/01/07	Pane impede comunicações no Cindacta-2 (Curitiba).	
01/02/07	A Casa Civil discute mudanças no sistema aéreo.	Possibilidade de desmilitarização.
10/02/07	Inquérito Policial Militar do Comando da Aeronáutica acusa controladores de motim.	Apurou responsabilidades sobre operação-padrão de Out./2006.
14/02/07	Controladores ameaçam fazer greve no carnaval.	
16/02/07	Presidente Lula troca Luiz Carlos B. da Silva Bueno pelo brigadeiro Juniti Saito no comando da Aeronáutica.	Carnaval ocorre sem problemas.
27/02/07	Deputados Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Otávio Leite (PSDB-RJ) apresentam requerimento para abertura de CPI na Câmara.	Com a assinatura de 215 deputados, propõe-se investigar as causas da crise aérea.
28/02/07	O Inquérito Policial Militar é arquivado.	
01/03/07	Ministros, líderes dos partidos aliados e dirigentes do PT movimentam-se para evitar a CPI.	
07/03/07	Anunciada a criação da CPI do Apagão Aéreo pelo Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). PT recorre.	A votação é adiada para o dia seguinte.
08/03/07	Governistas votam pela necessidade de a Comissão de Constituição e Justiça analisar o caso.	As disputas sobre a instalação ou não da CPI se prolongam até três de maio, quando a CPI é instalada na Câmara.
18/03/07	Nova pane impede comunicações no Cindacta-1 (Brasília).	
21/03/07	Pane na rede de informática do Cindacta-2 (Curitiba).	Governo suspeita de sabotagem.
23/03/07	Deputados da oposição vão aos aeroportos solicitar apoio da população para que a CPI do Apagão Aéreo seja Instalada.	20.000 assinaturas foram coletadas em três dias em 13 aeroportos do país, e entregues ao presidente da Câmara, em 29/03
30/03/07	Controladores entram em 'greve'. O movimento é considerado um motim pelo Comando da Aeronáutica que ordena a prisão dos controladores militares. Lula em viagem aos EUA (Washington) intervém e determina que o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, negocie com os controladores.	Caos, confusão e tumultos nos aeroportos. O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, promete evitar punições, discutir reajuste salarial e desmilitarizar a categoria.
31/03/07	Fim da paralisação dos controladores. Passageiros que tiveram vôos cancelados acusam empresas aéreas de não providenciarem hospedagem e alimentação. Em meio a crise aérea, a diretora da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), Denise Abreu, é fotografada fumando charuto em uma festa de casamento em Salvador.	Os reflexos continuam: confusão - grupo de passageiros invade avião da TAM, em Brasília. As imagens da diretora fumando charuto são amplamente divulgadas e consideradas desrespeituosas frente aos fatos.
03/04/07	Anunciada a realização de concurso público para a contratação de novos controladores de voo.	
05/04/07	Em nota, controladores pedem perdão à sociedade brasileira pelo ocorrido em 30/03.	Classificam o evento como um 'grito de socorro', pois a classe estaria no 'limite da condição humana'.
25/04/07	O Supremo Tribunal Federal determina a	A decisão foi por unanimidade.

	instalação da CPI do Apagão Aéreo na Câmara dos Deputados.	
03/05/07	A CPI do Apagão Aéreo é instalada.	
14/06/07	A Ministra do Turismo, Marta Suplicy, ao ser questionada sobre o que diria para quem enfrenta o caos dos aeroportos responde: 'Relaxa e goza. Porque depois você esquece todos os transtornos'.	
17/07/07	Acidente com Airbus A320 da TAM procedente do Porto Alegre (RS), na pista do Aeroporto de Congonhas (SP). Entre pessoas a bordo e em terra, são 199 mortos.	O deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), líder da Minoria, é uma das vítimas do acidente. Possíveis causas: falha mecânica, pista escorregadia, falha humana.
19/07/07	Jornal da Globo divulga imagens em que o assessor especial do Presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, aparece fazendo gesto obscuro.	Reação do assessor acontece às 20h17min., momento em que uma reportagem da Globo sobre defeito técnico do avião da TAM vai ao ar. (o gesto: bate-se a palma da mão estendida contra a outra mão, fechada).
23/07/07	Pilotos recusam-se a pousar em Congonhas.	
24/07/07	Devido à chuva, mais de 80% dos vôos de Congonhas são cancelados. A venda de passagens de vôos partindo de Congonhas é suspensa pela ANAC.	
25/07/07	O Ministro da Defesa, Waldir Pires, deixa o cargo. Para ocupar seu lugar é chamado Nelson Jobim.	
24/08/07	A advogada Denise Abreu renuncia ao cargo de diretora da Agência Nacional de Aviação Civil, alegando 'razões de natureza pessoal'.	Os cinco componentes da diretoria da ANAC com cargo até 2011, incluindo seu presidente Milton Zuanazzi, renunciaram aos cargos.
25/09/07	Relatório da CPI do Apagão Aéreo é apresentado. Nele, o relator Marco Maia (PT-RS) afirma que não há como a Airbus e a TAM serem isentadas de responsabilidades. Também afirma não ser possível ligar a crise aérea aos dois acidentes.	Assim, o relatório exige de responsabilidades o governo federal.
31/10/07	Milton Zuanazzi renuncia ao cargo de presidente da ANAC.	

¹ Sistema de ranhuras na pista para facilitar o escoamento de água que poderia se acumular, bem como para aumentar a aderência dos pneus das aeronaves nos pousos sob chuva.

² **Filosofia** (Nossa política): 1ª Regra: O cliente sempre tem razão; 2ª. Regra: Se o cliente alguma vez estiver errado, releia a 1ª regra. **Os 7 mandamentos da TAM:** 1º - Nada substitui o lucro; 2º - Em busca do ótimo não se faz o bom; 3º - Mais importante que o cliente é a segurança; 4º - A maneira mais fácil de ganhar dinheiro é parar de perder; 5º - Pense muito antes de agir; 6º - A humildade é fundamental; 7º - Quem não tem inteligência para criar tem que ter coragem para copiar. **Visão** - Trabalhar com o Espírito de Servir faz as pessoas mais felizes. **Missão** - Ser a companhia aérea preferida das pessoas, com alegria, criatividade, respeito e responsabilidade. <http://www.tam.com.br/b2c/jsp/default.jhtml?adPagina=517&adArtigo=6053> . Acessado em 12 de setembro de 2007.

³ Vale destacar que, conforme informações apresentadas à CPI do Apagão Aéreo, de julho de 2006 a fevereiro de 2007, o presidente da ANAC, Milton Zuanazzi, e seus quatro diretores voaram 288 vezes, usando bilhetes oferecidos (requisitados) como cortesia pelas empresas aéreas — observe-se que essas empresas aéreas são as mesmas que a ANAC deveria fiscalizar.

⁴ O gesto: bate com a palma da mão estendida contra a outra mão, fechada. O vídeo pode ser visto no endereço <http://br.youtube.com/watch?v=dai2DYOiu9U> . Acessado em 03 de outubro de 2007.

⁵ Entrevista ao jornal Zero Hora (Porto Alegre), em 15 de agosto de 2007. Ano 44. No. 15.327 (capa e páginas 4, 5, 6).

Copyright (c) 2008 Autor(es) / Copyright (c) 2008 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the
authors, and the right of first publication is conceded to the journal.
Due to the journal being of open access, the articles are of free use in
research, educational and non-commercial activities.



Selo CC-BY-NC com Direito Autoral_2008